

ESCRITO POR: CARLOS EDUARDO BOZZEDA MEIRA

# **GUIA DE BOAS PRÁTICAS**

## **ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**



# **GUIA DE BOAS PRÁTICAS**

---

**ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
NO ENSINO SUPERIOR**

**ESCRITO POR:**

---

**CARLOS EDUARDO BOZZEDA MEIRA**

# ÍNDICE

---

01 – APRESENTAÇÃO	PÁG. 04
02 – TERMINOLOGIA	PÁG. 05
03 - O QUE É DEFICIÊNCIA	PÁG. 06
04 - TIPOS DE DEFICIÊNCIA	PÁG. 08
4.1 - DEFICIÊNCIA RELACIONADA À MOBILIDADE	PÁG. 08
4.2 – DEFICIÊNCIA VISUAL	PÁG. 10
4.3 – DEFICIÊNCIA AUDITIVA	PÁG. 12
4.4 – DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	PÁG. 13
05 - BOAS PRÁTICAS NO ENSINO SUPERIOR	PÁG. 14
5.1 – CONVIVÊNCIA SEM DEFICIÊNCIA	PÁG. 15
5.1.1 – SURDEZ	PÁG. 19
5.1.2 – DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	PÁG. 22
5.1.3 – DEFICIÊNCIA VISUAL	PÁG. 24
5.1.4 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	PÁG. 26
06 - DESPERTANDO BOAS PRÁTICAS	PÁG. 28
06.1 - DESPERTANDO BOAS PRÁTICAS	PÁG. 30



### 1 - APRESENTAÇÃO

O presente Guia tem como objetivo auxiliar na efetividade de políticas de promoção da acessibilidade no Ensino Superior. Historicamente, as Instituições de Ensino Superior - IES não foram preparadas para atender aos diversos tipos de pessoas, sobretudo as que possuem algum tipo de deficiência. De certo modo, as IES refletiam aquilo que era comum no meio social, isto é, a exclusão de grupos e pessoas em função de alguma vulnerabilidade de natureza física, mental ou social.

45 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência (IBGE 2010), e apesar de terem seus direitos garantidos por um conjunto de regras nacionais e internacionais, nem sempre as normas são colocadas em prática por falta de respeito, verba ou por desconhecimento.

Após a Lei 13.146 de Julho de 2015 (BRASIL, Lei 13.146/15), passou a ser crime praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência, assim como abandonar pessoas com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres, dentre outros. Em que pese a tipificação

penal de tais atitudes, observa-se ainda o desrespeito com a Pessoa com Deficiência.

É justamente sobre as sutilezas da ausência de informação que propomos o presente Guia de Boas Práticas para a Acessibilidade no Ensino Superior, que tem como objetivo, auxiliar na efetivação das políticas de promoção da acessibilidade no Ensino Superior. Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior devem se organizar para atender às diferenças, minimizando a exclusão social e educacional das pessoas com deficiência, tendo por referência os marcos legais.

No caso das IES, o INEP/MEC dispõe de legislação com essa finalidade, que devem nortear a elaboração de Políticas de Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior. Essas políticas estão registradas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES.

Muitas vezes não se sabe que determinadas atitudes ofendem, interferem na liberdade individual do outro, ignoram segmentos da sociedade que devem ser reconhecidos em sua dignidade. A Pessoa com Deficiência não é excepcional, especial, aleijado, incapaz ou herói, são pessoas com

algum tipo de deficiência que querem levar uma vida autônoma e livre. O reconhecimento dessa autonomia e exercício de liberdade deve ser refletido por garantias que os contextos em que essas pessoas se encontram, deveriam propiciar. Eis, portanto, nossa proposta como Produto de Ensino que, em síntese, tem por objetivo auxiliar docentes, discentes e demais membros do corpo social de uma IES a desenvolverem uma profunda reflexão sobre as competências de natureza atitudinal.

Nomeado como o Guia de Boas Práticas, o Produto de Ensino, poderá ser de auxílio às mudanças progressivas, na direção da personalização, colaboração e autonomia das IES. Todos os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços, precisam ser revistos para que a inclusão aconteça, de modo efetivo, com atitudes, criando-se uma cultura inclusiva.

O ambiente acadêmico está sendo pressionado para mudar, as sanções para não cumprimento de determinações legislativas acerca da inclusão estão cada vez mais pesadas, por isso é importante definir um plano estratégico. Nesse contexto, apresentamos orientações

para eliminação das barreiras atitudinais e para a garantia do acesso e permanência, com autonomia e segurança, a todos os alunos.

Respeito, acessibilidade e inclusão são direitos básicos de todos os cidadãos, porém, sabemos que cada tipo de deficiência gera uma necessidade específica para quem a possui. Assim, pensando em evitar estereótipos, criamos personagens em nosso Guia para abordar as particularidades de cada deficiência. As situações retratadas no Guia são inspiradas em casos reais de pessoas que passam por essas situações diariamente.

Esperamos que as informações contidas neste Guia de Boas Práticas contribuam para o desenvolvimento inclusivo das Instituições de Ensino Superior, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação dos alunos com deficiência, bem como a toda comunidade universitária, fortalecendo a gestão democrática.

## 2 - TERMINOLOGIA

**R**eferir-se de forma adequada a pessoas ou a grupo de pessoas é de fundamental importância para enfrentarmos preconceitos e estereótipos. Termos como “portador de deficiência”,

“pessoa portadora de deficiência” ou “portador de necessidades especiais” não são mais utilizados. A condição de ter uma deficiência é parte da pessoa, que foi confinada a algum tipo de “limitação”, compreendida com déficit. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa.

A pessoa só porta algo que ela pode deixar de portar. Por exemplo, não dizemos que uma pessoa é “portadora de olhos verdes”, dizemos que ela “tem olhos verdes”. Portanto, a pessoa não “porta” uma deficiência, ela “tem” uma deficiência. A palavra “deficiente”, por sua vez, tem usualmente uma conotação negativa, de incapacidade ou inadequação à vida produtiva em sociedade.

Além disso, ao ser dito ou escrito “pessoa deficiente”, é utilizada a equivocada ideia de que a pessoa inteira é deficiente. As pessoas desempenham muitos papéis sociais (homens, mulheres, trabalhadores, estudantes, esportistas, religiosos, etc.) e também apresentam diversas características pessoais (cor e comprimento do cabelo, cor da pele, porte, uso de óculos, barba), assim, ter deficiência é apenas uma dessas características, a pessoa não “é deficiente”, ela “tem

uma deficiência”. A sociedade civil organizada que representam as pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, já convencionaram que preferem o termo: “PESSOA (S) COM DEFICIÊNCIA”

Termos de conotação pejorativa como “inválido”, “aleijado”, “defeituoso” etc., devem fazer parte de uma memória social a ser relegada ao passado e, apesar de terem sido bastante utilizadas, essas palavras devem ser abolidas do vocabulário, substituídas por outras que legitimam as conquistas.

O fato de abordarmos a utilização de termos é significativo em função de que as palavras possuem valores agregados e são utilizadas com a finalidade de descrever a realidade. Quanto mais utilizamos denominações apropriadas à realidade das pessoas com deficiência, mais fácil será a reconstrução dos valores e, por fim, na mudança das atitudes relacionadas a esses sujeitos.

### 3 - O QUE É DEFICIÊNCIA

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da

---

1. No sentido de carência.



*"Quanto mais utilizamos denominações apropriadas à realidade das pessoas com deficiência, mais fácil será a reconstrução dos nossos valores"*

*"Deficiência não é doença. Deve-se evitar tratar as pessoas com deficiência como se elas fossem doentes e precisassem ser curadas."*



Organização das Nações Unidas (ONU):

*“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.*

O Brasil é signatário dessa Convenção, que nos termos do §3º do art.5º da Constituição Federal, tem status de emenda constitucional. Assim, atualmente, toda lei brasileira que se opuser ao que dispõe a Convenção deve ser considerada inconstitucional e ser excluída de nosso ordenamento jurídico.

Deficiência não é doença. Deve-se evitar tratar as pessoas com deficiência como se elas fossem doentes e precisassem ser curadas. Como qualquer outra pessoa, as que tem deficiência, ocasionalmente, adoecem, e na maior parte do tempo se encontram saudáveis. Como ocorre com as demais pessoas, estar doente não é seu estado permanente.

## 4 - TIPOS DE DEFICIÊNCIA

### 4.1 - Deficiência relacionada à mobilidade

As causas das deficiências relacionadas à mobilidade são diversas e podem estar ligadas a problemas genéticos, complicações na gestação ou gravidez, doenças infantis ou acidentes. As causas pré-natais, ou seja, aquelas que acontecem antes de a criança nascer, podem ser ocasionadas por remédios, álcool ou drogas tomadas pela mãe, tentativas de aborto malsucedidas, perdas de sangue durante a gravidez, crises maternas de hipertensão, entre outras. Durante o nascimento, ainda outras complicações podem comprometer os movimentos da criança (problema respiratório na hora do nascimento, prematuridade etc), mas uma causa, já erradicada no Brasil, fez um grande número de crianças ficarem com deficiência física: a poliomielite, mais conhecida como paralisia infantil. A pólio, como também é chamada, foi combatida graças às campanhas de vacinação. Por isso, não se esqueça de levar, sempre, as crianças para vacinar.

Outros motivos que deixam muitas pessoas com deficiências físicas são os acidentes de carro, a violência

urbana, acidentes de mergulho (principalmente em água rasa), a hipertensão e a diabetes não cuidadas, por exemplo. Dirija conforme as normas de trânsito, não reaja a assaltos, verifique sempre a profundidade dos rios e lagos onde for mergulhar e faça o acompanhamento médico para saber se a saúde vai bem. Prevenir é muito melhor do que remediar, pois muitas vezes não há remédio.

Termos como “aleijado”, “inválido” ou “defeituoso” não são mais aceitos para designar uma pessoa com deficiência física.

Também não é recomendável a utilização da expressão “deficiente físico”, e sim pessoa com deficiência física. Evidenciamos que há vários tipos de deficiência, que não se limitam as físicas. A deficiência física engloba vários tipos de limitação motora, como:

**Paraplegia:** paralisia total ou parcial dos membros inferiores, comprometendo a função das pernas, tronco e outras funções fisiológicas.

**Tetraplegia:** paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo a função dos braços e das pernas. O grau

de imobilidade dos membros superiores depende da altura da lesão.

**Hemiplegia:** paralisia total ou parcial das funções de um lado do corpo como consequência de lesões cerebrais.

**Amputação:** perda total ou parcial de um ou mais membros do corpo.

Paralisia cerebral: termo amplo para designar um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão no sistema nervoso central. Geralmente, pessoas com paralisia cerebral possuem movimentos involuntários e espasmos musculares repentinos - chamados espasticidade. Esses espasmos também são verificados nas outras deficiências, mas em menos intensidade.

Algumas pessoas têm paralisia cerebral, o que não quer dizer deficiência intelectual. E por que colocamos este tópico no meio das deficiências relacionadas à mobilidade? Porque as pessoas que tem PC (abreviação muito usada) apresentam limitações físicas e motoras. Devido a alguma lesão,

o cérebro envia informações em desordem para a realização de movimentos físicos. Assim, uma pessoa com PC pode apresentar expressões estranhas no rosto, dificuldades na fala, gestos involuntários e dificuldades de locomoção, mas não se intimide com isso. Elas mantêm a inteligência absolutamente intacta. Portanto, não as subestime: elas raciocinam como você. Tenha paciência em ouvi-las, compreendê-las e acompanhar seu ritmo. Se a fala estiver muito enrolada, peça que repita. Se não conseguir compreender, pergunte. Procure sempre ter tempo para acompanhar essa pessoa, pois seu ritmo é bem mais lento. Agora, o mais importante: não a trate como uma criança. A dificuldade do corpo em compreender as ordens do cérebro já é imensa, portanto, procure facilitar a sua relação com essa pessoa não tratando-a com infantilidade.

Pode parecer um pouco óbvio, mas sempre vale a pena reforçar, deficiência não é sinônimo de doença! Uma pessoa sentada em uma cadeira de rodas está privada de andar, mas pode ser que ela tenha uma saúde tão boa - ou melhor - do que a sua. Devemos tratá-la normalmente, como tratamos as pessoas que conhecemos ou aquelas

a quem estamos sendo apresentados: com respeito, educação e simpatia.

### **4.2 - Deficiência Visual**

Há muitos tipos de deficiência visual. Algumas pessoas veem apenas o que está diretamente na sua frente e nada do que está ao lado - o que chamamos de visão tubular; outras enxergam os objetos como um quebra-cabeças em que faltasse uma ou duas peças. Ainda há pessoas que têm baixa visão, ou seja, enxergam muito pouco, mas, ainda assim, são capazes de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa. E, claro, tem aquelas que não veem absolutamente nada. A gravidade da deficiência visual depende da parte dos olhos que estiver danificada.

As pessoas com deficiência visual, ou seja, pessoas que têm baixa visão ou cegueira, precisam também de auxílio para usufruir de alguns recursos que a sociedade oferece. Faz parte do apoio às pessoas cegas, por exemplo, o Sistema Braille para leitura e escrita (são aquelas bolinhas que ficam salientes em um papel - muitos cegos usam a reglete<sup>2</sup> para escrever o braille); o Sorobã (ou ábaco), que é uma caixinha que ajuda na execução de cálculos

matemáticos; a bengala ou o cão-guia para a sua locomoção e mobilidade. Existem softwares específicos para que pessoas com deficiência visual tenham acesso a computadores, por exemplo. Também foram desenvolvidas várias outras tecnologias para dar autonomia aos cegos, como elevadores, telefones, relógios e outros, com comandos de voz. As pessoas com baixa visão também podem precisar de algum tipo de apoio. Isso não quer dizer, necessariamente, que essas pessoas precisem da sua ajuda. Aliás, essa dica é básica e vai fazer parte de todos os tópicos deste manual. Afinal, imagine-se andando pela IES e, em cada prédio que transitar, ter alguém perguntando se você precisa de alguma coisa. Chato, não? Claro que, no caso das pessoas com deficiência, algumas vezes a ajuda é necessária. Se você se deparar em uma situação na qual o apoio é imprescindível, aproxime-se, diga o seu nome e ofereça seu auxílio. Mas nunca ajude sem antes perguntar como deve fazer.

Todas as deficiências têm características próprias e acessibilidades necessárias. É importante conhecer todas elas para que confusões não sejam feitas. Por exemplo, algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam

com pessoas cegas. A menos que a pessoa também tenha deficiência auditiva, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz normal.

### *Visão Subnormal*

A visão subnormal não deve ser confundida com a cegueira, pois quem tem essa deficiência possui uma visão que pode, eventualmente, ser melhorada por meio de técnicas e auxílios especiais, como o uso de óculos, lentes de contato ou eventuais tratamentos e cirurgias oftalmológicas. A diminuição da capacidade visual pode vir acompanhada também de alteração do campo visual. A pessoa com visão subnormal pode enxergar como se olhasse por um tubo ou pode apresentar uma grande mancha escura na parte central da visão ao tentar fixar um objeto.

Pedagogicamente, diz-se que uma pessoa tem visão subnormal quando ela lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos

---

2 - *Uma chapa retangular de metal com os vários quadrados que contém seis furos que fazem as combinações das letras em braille. A chapa fica em cima de uma prancheta comum, onde o cego encaixa uma folha de sulfite com gramatura maior para sustentar as bolinhas demarcadas.*

ópticos. Muitas delas têm enorme dificuldade para ler e reconhecer pessoas e objetos.

Embora o uso da bengala seja essencial para a segurança de pessoas com visão subnormal, principalmente para transitar em lugares mal iluminados, para sua locomoção à noite ou ao atravessar ruas, infelizmente, poucas pessoas com essa deficiência utilizam esse recurso. Observa-se uma grande resistência ao uso da bengala - tanto pelas pessoas com visão subnormal, quanto pelos seus familiares - por causa do preconceito que ainda existe em relação à cegueira e ao cego.

### ***Causas***

No adulto, as causas mais comuns da visão subnormal são: a coriorretinite macular, a degeneração macular senil, a retinose pigmentar, toxoplasmose, as atrofias do nervo ótico, a alta miopia, a retinopatia diabética e o glaucoma. Nas crianças, são causas comuns a desnutrição, a coriorretinite macular, a catarata congênita, o glaucoma congênito e a atrofia ótica, que também podem levar à cegueira.

Uma pessoa cega não deve ser tratada por “ceguinho” ou “ceguinha”.

O diminutivo denota desvalor e incompletude. Prefira a expressão “pessoa com deficiência visual” ou simplesmente “cego”. Lembrando que nem toda pessoa com deficiência visual é cega. Muitas possuem resíduo de visão ou baixa visão.

### ***4.3 - Deficiência Auditiva***

A deficiência auditiva é a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, em diferentes graus de intensidade, devido a fatores que afetam a orelha externa, média ou interna. As características da surdez dependem do tipo e da gravidade do problema que a causou e se é pré linguística, adquirida antes da fala, ou pós-linguística. A surdez de grau leve pode ser observada quando as pessoas não se dão conta de que ouvem menos e tendem a aumentar progressivamente a intensidade da voz, porém, ouvem qualquer som desde que em volume mais alto (na maioria dos casos, não há necessidade de aparelhos de amplificação sonora individual - AASI). Quando a surdez passa a ser moderada, a pessoa, normalmente, fala muito “hein?!”, tem dificuldade de ouvir ao telefone, faz troca nos sons da fala e precisa de apoio visual. Já a surdez severa faz com que as pessoas não escutem sons importantes do

dia-a-dia: fala, campainha e TV, por exemplo, e escutem apenas sons fortes. Por fim, a surdez profunda impede que a pessoa escute a maioria dos sons, percebendo apenas os sons graves que transmitem vibração, como um avião, trovão.

Se a surdez moderada, severa ou profunda for de nascimento ou adquirida no período pré linguístico, haverá prejuízo na aquisição da linguagem oral pela criança e ela necessitará de amplificação sonora e educação bilíngue (Língua de Sinais/Língua Portuguesa). Assim que descoberta a surdez, a criança e a família deverão conviver com adultos surdos e ouvintes fluentes em Língua de Sinais (comunidade surda, escola para surdos) para que possam adquiri-la e ter acesso ao mundo do conhecimento, da informação e da comunicação. Para desenvolver a linguagem oral, a criança precisará de atendimento individualizado com uma fonoaudióloga, o que, no entanto, não é garantia da qualidade da fala que será obtida.

A surdez pode ser decorrente de problemas nos períodos pré-natal (congenita), perinatal e pós-natal (adquirida). As principais causas da surdez congênita são a hereditariedade, viroses

maternas (rubéola, toxoplasmose, citomegalovirus, entre outras) e o uso de drogas consideradas ototóxicas durante a gravidez. No período perinatal, os partos traumáticos (demorados demais), a prematuridade (peso abaixo de 1500 gr) e a icterícia intensa do recém-nascido podem provocar perda auditiva. No período pós-natal, infecções como meningite e caxumba, fatores ambientais, como exposição a ruído excessivo e uso de drogas ototóxicas podem tornar surdas pessoas com audição normal.

Dica muito importante: a PREVENÇÃO é um forte aliado contra a deficiência auditiva e a surdez. Tome cuidados como a vacinação contra a rubéola, caxumba, meningite e sarampo (na mãe e filho), evite o uso de medicamentos sem acompanhamento médico e, quando tiver filhos, faça o Teste da Orelhinha. Procure, também, não frequentar ambientes com barulhos ou ruídos muito altos. A qualquer diferença na audição, procure um médico.

### ***4.4 - Deficiência Intelectual***

Desde 2004, a Organização Mundial de Saúde (OMS) substituiu o termo “deficiência mental” por “deficiência intelectual”. Assim, escreva ou fale “pessoa com deficiência intelectual”

e não mais “pessoa com deficiência mental”.

A mente, o cérebro da pessoa com deficiência intelectual é igual ao de uma pessoa que não tem deficiência. O que muda é sua forma de captar e interpretar as coisas; sua forma de raciocinar. A deficiência, portanto, é cognitiva.

Evite também termos como “retardo mental”, “mentalmente retardado” ou “retardamento mental”.

Atualmente, é comum que pessoas com deficiência intelectual, como a síndrome de down, frequentemente as classes escolares correspondentes à sua idade, comprovando que a deficiência, em verdade, é da estrutura de ensino que, por vezes trata todos os alunos da mesma maneira, sem conhecer as potencialidades, priorizando a forma da relação ensino aprendizagem de modo padronizado.

Quando falamos de deficiência intelectual é comum as pessoas fazerem uma relação imediata com a doença mental. Não se engane, pois não é. A doença mental configura-se pela alteração da percepção individual e da realidade, o que, nem sempre, acontece com pessoas

com déficit intelectual, as quais não apresentam sintomas patológicos verificados nas doenças mentais como as neuroses graves, psicoses agudas ou casos de demência. Portanto, a primeira regra de relacionamento com pessoas com deficiência intelectual é: não tratá-las como doentes. Isso pode prejudicar os processos de mediações, trazendo sérias consequências ao seu desenvolvimento. Não podemos esquecer que elas são saudáveis.

### **5- BOAS PRÁTICAS NO AMBIENTE DO ENSINO SUPERIOR**

**A** inclusão escolar é um movimento mundial que condena toda forma de segregação e exclusão. Ela implica em uma profunda transformação nas Instituições de Ensino, uma vez que envolve o rompimento de atitudes de discriminação e preconceito, de práticas de ensino que não levam em consideração as diferenças, e de barreiras de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência nas universidades. No ambiente inclusivo, todos devem sentir-se bem-vindos, acolhidos e atendidos em suas necessidades específicas. A constituição brasileira assegura, desde 1988, o direito à educação para todos, sem nenhum

tipo de discriminação. A IES cumpre papel fundamental para a formação de todos os alunos e deve atender as demandas dos alunos com deficiência que encontram barreiras de acesso para sua participação no ensino comum.

Nesse sentido, surge a necessidade de adequação dos espaços das IES com base nas normas e legislação vigentes, de forma a garantir a autonomia e a independência desses alunos no seu cotidiano escolar. A matrícula de alunos com deficiência, nas salas de aula do ensino superior, tem aumentado a cada ano. O Inep aponta que em 2014 as matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior no Brasil foram 518,66% maiores que em 2004 (Inep data).

A presença de alunos com deficiência, nos ambientes de ensino, tem oportunizado um profundo processo de reflexão sobre a acessibilidade em todos os seus sentidos, inclusive naqueles que se referem às adequações espaciais. Ao propor ambientes inclusivos, ações devem ser adotadas na direção de reconhecer e valorizar as diferenças humanas, para que as condições de acesso, atividade e participação dos discentes se concretizem. Como toda situação nova, a inclusão traz

consigo novos desafios e também a necessidade de encontrar soluções inovadoras. Assim, em todo Brasil, há um enorme esforço para formar gestores, professores e funcionários para lidar com as diferenças humanas que estão presentes em todas as IES.

Não basta, portanto, o acesso à matrícula. É necessário, além disso, o investimento em ações que assegurem a acessibilidade. Mas como identificar as necessidades de alunos com deficiência? Como buscar alternativas para eliminação das barreiras de acesso? O que fazer para que a escola se torne acessível? Para garantir condições de acessibilidade espacial, é importante identificar quais barreiras aumentam o grau de dificuldade ou impossibilitam a participação, a realização de atividades e a interação das pessoas com deficiência nas IES.

### **5.1 – Convivência sem deficiência**

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).*

Informação é fundamental para vencer as barreiras do preconceito e da discriminação, promovendo o respeito à diversidade humana. Comumente a principal barreira para a inclusão é a questão atitudinal, e a mudança passa pela informação. Desta forma, ao nos relacionarmos com as pessoas com deficiências, devemos ter alguns cuidados, como de dirija-se diretamente a ela. Outro exemplo, uma pessoa com deficiência física pode andar por aí sozinha ou acompanhada de outra, sem deficiência. Essa junção não quer dizer que além de não andar, por exemplo, a pessoa com deficiência também não possa ouvir e falar. São inúmeras as situações em que isso acontece, vejamos:

*“Maria de 23 anos de idade, que anda em cadeira de rodas, com sua irmã 3 anos mais nova na hora do intervalo vão até a cantina da faculdade para lanchar. A atendente da cantina, muito solícita, olhou para as duas e perguntou para a Carla o que as duas queriam, ignorando totalmente Maria, e mesmo quando essa se pronunciava a atendente voltava para Carla para confirmar o pedido.”*  
Ora, o correto não seria

*perguntar à Maria o que ela queria?*

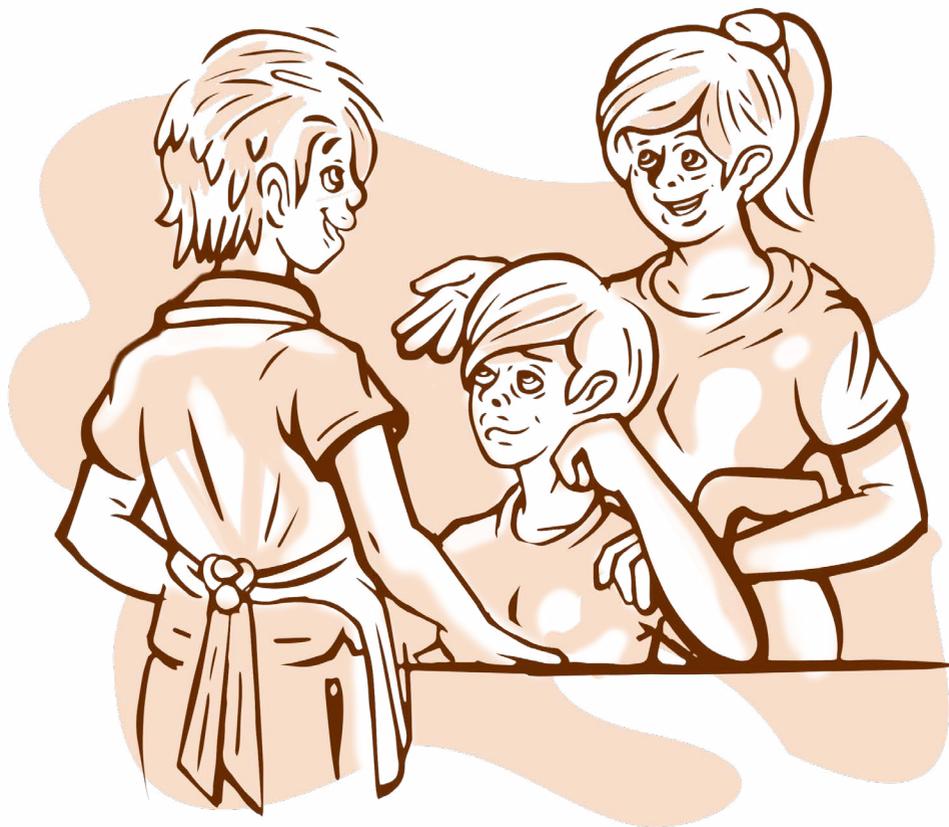
*“Sofia (muda) estava no pátio da faculdade em uma roda de amigos, todos calouros. Ao ser cumprimentada por um aluno veterano que, sem saber (o que é claro, ninguém tem a obrigação de conhecer a deficiência do outro, afinal, as pessoas não vêm com bula), esticou a mão para um aperto de mãos perguntando seu nome. Quando ouviu dos colegas que estavam ao redor que a mesma era muda, logo ele saiu gritando para os outros alunos veteranos: “ela não ouve, ela não ouve” - confundindo surdez com a incapacidade de falar.”*

Fica uma boa reflexão: por que confundimos tanto as deficiências e por que nos acanhamos quando algo dá errado? E mais: por que ficamos tão constrangidos na presença de pessoas com deficiência e às vezes, preferimos ignorá-las?

Podemos nos perguntar por que não encontramos pessoas em cadeira de rodas a todo o momento por onde circulamos. A primeira resposta pode ser porque, com

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS

ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR



***DEFICIENTES FÍSICOS PODEM FAZER ESCOLHAS E TOMAR SUAS PRÓPRIAS DECISÕES,  
TENHA SEMPRE ISSO EM MENTE***

certeza, boa parte desses locais não têm acessos para elas. Mas não é só isso. Claro que acessibilidades são fundamentais (como rampas, elevadores), mas restabelecer nossos parâmetros culturais abrindo as portas para o tema inclusão social é mais transformador. A pessoa com deficiência precisa sair de casa, mas, para que isso aconteça, precisamos mudar a cultura da nossa sociedade. Começando pelos familiares e chegando até você, leitor desse guia.

A pessoa com deficiência que se utiliza de cadeira de rodas para locomoção é chamada de “cadeirante”. O neologismo já faz parte do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Deve-se, portanto, evitar outros termos, como paraplégico, inválido ou doente. Também pode ser usado o termo “usuário de cadeira de rodas”. Pessoas que usam muletas têm um pouco mais de autonomia do que aquelas que andam em cadeira de rodas, mas, ainda assim, podem precisar de ajuda em algumas situações. A receita é a mesma: sempre se informe e pergunte se pode ajudar e como deve proceder. Ofereça sua ajuda, mas dê preferência para que a pessoa peça.

Se você ficar responsável por guardar as muletas de uma pessoa, procure

deixá-las sempre ao alcance do seu usuário. Se houver um outro meio para a pessoa se deslocar, guarde as muletas em local adequado e devolva-as assim que pedido.

Por último, ao caminhar, respeite o ritmo de andar da pessoa com deficiência. Mantenha-se ao seu lado, mas não atrapalhe seu espaço de deslocamento. Ninguém precisa ficar colado no pé do outro, mobilidade reduzida às vezes não é a deficiência em si que faz com que uma pessoa precise de algum tipo de adaptação.

Um idoso, por exemplo, não é uma pessoa com deficiência, mas tem dificuldades em se locomover por locais que tenham escadas, desníveis e outros impeditivos para a livre circulação nos ambientes. Isso porque ao envelhecer ficamos mais propensos a adquirir algumas doenças como esclerose, doenças do coração, artrite, entre diversas outras. Também as articulações enfraquecem e já não fica tão fácil a locomoção. Por isso, o idoso precisa de acessos mais simples, que facilitam muito a vida de quem tem mobilidade reduzida. Outro exemplo é a pessoa obesa. Ela também tem algumas dificuldades quando o assunto é circular por aí.

Imagine um obeso indo ao cinema. Vários pequenos problemas são gerados nesse simples passeio. Invariavelmente, esses lugares têm degraus ou rampas muito acentuadas que dificultam a mobilidade dessas pessoas. Porém, o fator primordial são os assentos - que são pequenos e não adequados aos obesos. Ainda tem os problemas de circulação nos ônibus, catracas apertadas etc .

### 5.1.1 - SURDEZ

#### a) *Convivência*

Se for conversar com uma pessoa surda, dirija-se a ela. Os surdos que aprenderam a fazer leitura labial vão se comunicar com você. Caso ele não conheça esse recurso, com certeza, vai pedir ajuda. Mas dirija-se a ele. Ah! Antes desse contato, você tem de chegar até a pessoa surda. Quando se aproximar, toque no seu braço (leia abaixo sobre o toque) ou acene para chamar sua atenção.

Quando for conversar com o surdo, fique de frente para ele, o que facilita a leitura labial. Fale normalmente - nem é preciso dizer que não adianta gritar - e pausadamente, palavra por palavra. Procure não desviar o olhar. Se você o fizer, o surdo pode achar que a conversa terminou.

A expressão facial é fundamental para a comunicação com a pessoa surda. Portanto, seja expressivo ao falar, mas não exagere. Mudanças sutis na entonação da voz para indicar sentimentos não são comunicações válidas, por isso, expresse corporalmente e facialmente o que quer dizer. Procure não obstruir a visualização do seu rosto. Uma curiosidade: pessoas que usam bigode comprido não são interlocutores possíveis para os surdos.

#### b) *Toque*

Importantíssimo este item. Não se assuste, os surdos tocam você. Com suavidade e respeito, o surdo usa o toque da mão para chamar sua atenção, para iniciar uma conversa, para pedir licença. E o inverso é extremamente verdadeiro.

Muitas pessoas não gostam de ser tocadas, pois acham essa aproximação uma intimidade não permitida a quem não se conhece. Agora, imagine a situação: um surdo no metrô, às 6 horas da tarde, tentando descer numa estação antes de todos que estão naquela situação de “sardinha enlatada”. Ele não consegue pedir a cordial

“licença, licencinha”... O que ele faz? Ele toca as pessoas e sorri. Você, completamente leigo, imagina: “que pessoa desafortada, me tocando assim...” Preste atenção antes de vociferar indecências no meio da multidão. Verifique se a pessoa em questão é surda e está, simplesmente, pedindo passagem. Como descobrir? Pela sua expressão facial.

Outra particularidade: imagine uma festa de aniversário onde exista mais de um surdo como convidado, lá pelas tantas, percebe que eles não descolaram da mesa do bolo um segundo sequer. Você pode pensar: “que fominhas. Já estão querendo comer!”. Pode até ser, porque ninguém resiste a chocolate, mas repare. Eles precisam de um local para aparar os copos, pois utilizam as mãos para se comunicar.

Desta forma, um local de apoio é essencial para os surdos, devendo o anfitrião adequar o local para recebe-los.

### **c) Comunicação**

As expressões aceitas são “pessoa com deficiência auditiva”, “pessoa surda” ou “surdo”. Devem-se evitar, portanto, termos como “surdinho” ou até mesmo “surdo-mudo”.

A rigor, as pessoas surdas não falam

nossa língua porque não conseguem escutar para aprender pela repetição, mas seu aparelho fonador, em geral, está em perfeitas condições. Além disso, elas falam. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada, por lei, uma língua oficial para o Brasil, assim como o ocorre com o Português. Ela é falada por um número bem menor de brasileiros, mas igualmente à Língua Portuguesa é língua oficial de nosso país.

A Libras é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda no Brasil, de modalidade visual-espacial e com estrutura gramatical independente da Língua Portuguesa. A Libras é muito difundida, principalmente o alfabeto gesticulado pelas mãos, chamado Alfabeto Manual ou Datilológico. Para estabelecer a comunicação informal com os surdos, procure usar a Libras, se souber. Caso contrário, perceba se o surdo que está à sua frente faz a leitura labial. Se ele fizer, a comunicação pode se estabelecer pela fala. Outra opção, é se ele souber ler e escrever, nesse caso, use a escrita. O importante é se comunicar com os surdos. Já, em situações formais, como entrevista, locais públicos, entre outros, garanta a presença de alguém que saiba Língua de Sinais para evitar mal-entendidos.

Em eventos, sempre procure contratar um intérprete de Libras. O direito dos surdos a intérpretes está previsto no Decreto nº 5.296, de 2004, no artigo 26, estabelece que “as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação”.

A língua de sinais é uma língua como a portuguesa, inglesa, italiana,

ou seja, tem gente que aprendeu o português e o inglês, só o português ou .... só a Libras. Uma grande parte dos surdos não conhece a Língua Portuguesa e se comunica apenas pela Libras, daí a importância de colocar – como no horário eleitoral gratuito – intérpretes de Libras para fazerem a tradução. É a mesma coisa de você estar em um encontro com muitas pessoas que falam alemão e você não compreender essa língua. Se não houver um intérprete para o português, como você faz? Não faz!

É interessante saber que a Língua Brasileira de Sinais, como o próprio nome já diz, é um sistema linguístico brasileiro. Outros países têm outras

*“SE FOR CONVERSAR COM UMA PESSOA SURDA, DIRIJA-SE A ELA. OS SURDOS QUE APRENDERAM A FAZER LEITURA LABIAL VÃO SE COMUNICAR COM VOCÊ.”*



línguas de sinais. Assim, a língua de sinais não é universal, embora, por ser visual-espacial, não seja muito difícil de ser compreendida pelos surdos de outros países.

Nem sempre as pessoas surdas que conseguem falar têm boa dicção. Portanto, não se sinta incomodado se precisar pedir que ela repita as frases caso não tenha entendido alguma coisa. A maioria dos surdos não se incomoda de repetir até que se entenda o que querem falar.

Por último, se acontecer alguma emergência, fique calmo. Os surdos têm, normalmente, um papel com endereço e telefone de contato.

### 5.1.2 - DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

**R**esumindo: não confunda deficiência intelectual com doença mental. Mas vale lembrar algumas boas dicas, como: se a pessoa com deficiência intelectual for uma criança, trate-a como uma criança. Se for um adulto, trate-a como um adulto. Se for adolescente, trate-a como tal. Devemos agir naturalmente, percebendo e respeitando as diferenças.

As pessoas com deficiência intelectual levam mais tempo para aprender

e compreender solicitações. Tenha paciência e explique quantas vezes forem necessárias para que ela possa entender o que está sendo pedido. Não desanime caso haja retornos negativos, o importante é favorecer essa integração, sempre estimulando para que elas possam cooperar e se relacionar. Ah! Posturas positivas, nada de desestímulos.

Uma orientação principal: não seja superprotetor. Permita que a pessoa com deficiência intelectual - que mantém íntegra a percepção dela mesma e da realidade - faça ou tente fazer sozinha tudo o que

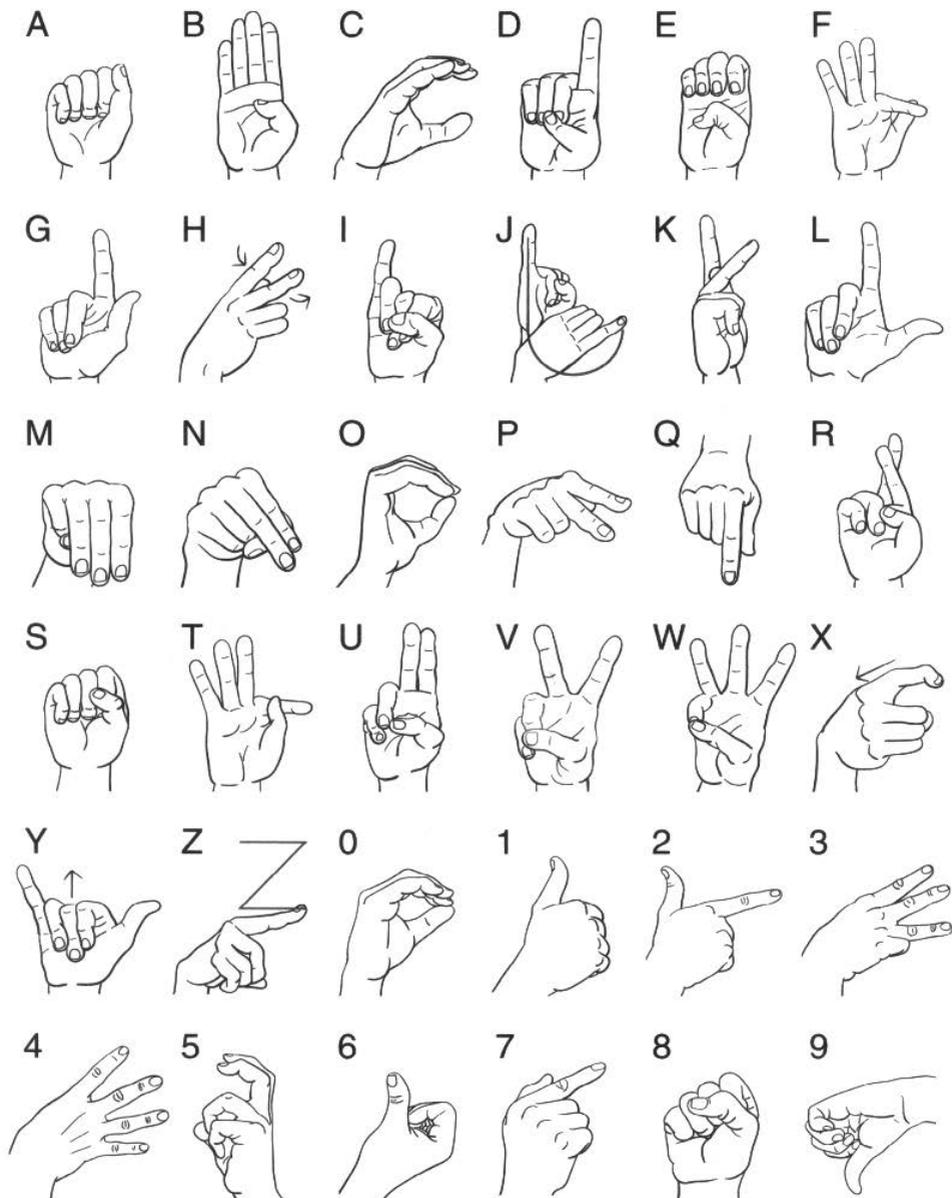
### ALFABETO - BRAILE

⠁	⠃	⠉	⠇	⠑
a	b	c	d	e
⠋	⠗	⠎	⠊	⠕
f	g	h	i	j
⠅	⠇	⠓	⠏	⠞
k	l	m	n	o
⠏	⠗	⠎	⠊	⠕
p	q	r	s	t
⠥	⠧	⠨	⠬	⠮
u	v	w	x	y
⠵				
Z				

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS

ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

## ALFABETO - LIBRAS



puder. Auxilie apenas no que for estritamente necessário. É preciso observar e aprender o ritmo das pessoas, afinal, cada um tem o seu. As pessoas com deficiência intelectual levam mais tempo para executar determinadas tarefas. Desta forma, repita a orientação de forma clara e simples até que seja compreendida. Regulamentos não faltam no Brasil. Parece que o que falta, mesmo, é a conscientização da importância do cumprimento dessas leis. Mesmo porque, as normas estão ao alcance de todos para utilização. Vamos fazer valer esses direitos

### 5.1.3 - DEFICIÊNCIA VISUAL

Onde existe uma pessoa cega, deve-se procurar manter as portas bem abertas ou bem fechadas. A porta meio aberta é um obstáculo de perigo para ela. Procurar também não deixar objetos jogados pelo chão onde ela costuma passar, pois isso poderá ocasionar acidentes. É importante respeitar os recursos de acessibilidade, como a bengala e o cão-guia.

Nem sempre as pessoas cegas ou com deficiência visual precisam de ajuda, mas se encontrar alguma que pareça estar em dificuldades, identifique-se, faça-a perceber que você está falando com ela e ofereça seu auxílio. Nunca ajude sem perguntar antes



*“ FIQUE À VONTADE PARA USAR PALAVRAS COMO “VEJA” E “OLHE”. AS PESSOAS CEGAS AS USAM COM NATURALIDADE. QUANDO FOR EMBORA, AVISE SEMPRE O DEFICIENTE VISUAL, POIS ELE PODE NÃO PERCEBER A SUA SAÍDA E CONTINUAR A FALAR CONTIGO.”*

como deve fazê-lo. Caso a sua ajuda coo guia seja aceita, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado ou em seu ombro, conforma a preferência da pessoa a ser guiada. Ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto estiver andando. É sempre bom avisar antecipadamente a existência de obstáculos em geral no trajeto (buracos, degraus, piso escorregadio).

Para auxiliar uma pessoa cega a sentar-se, deve guia-la até a cadeira e colocar a mão dela sobre o encosto, informando se esta tem braço ou não, deixando que a pessoa sente sozinha. Ao explicar direções para uma pessoa cega, seja o mais claro e específico possível, de preferência, indique as distâncias em metros (“uns vinte metros a sua frente).

Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que a pessoa tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz normal.

Ao responder uma pergunta à uma pessoa cega, evite fazê-lo com gestos, levantando e abaixando a cabeça para dizer sim e mexendo para à direita e para à esquerda para negar ou dizer

não, nem mesmo aponte algum lugar com seu dedo indicador, lembre-se sempre que a pessoa cega não está vendo seus gestos.

Por mais tentador que seja acariciar um cão-guia, lembre-se de que esses cães têm a responsabilidade de guiar um dono que não enxerga. O cão nunca deve ser distraído do seu dever de guia com afagos, alimentos etc.

As pessoas cegas ou com visão subnormal são como você, só que não enxergam. Trate-as com o mesmo respeito e consideração que você trata todas as pessoas. No convívio social ou profissional, não exclua as pessoas com deficiência visual das atividades normais. Deixe que elas decidam como podem ou querem participar. Proporcione às pessoas cegas ou com deficiência visual a mesma chance que você tem de ter sucesso ou de falhar.

Fique à vontade para usar palavras como “veja” e “olhe”. As pessoas cegas as usam com naturalidade. Quando for embora, avise sempre o deficiente visual, pois ele pode não perceber a sua saída e continuar a falar contigo.

### 5.1.4 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.

**É** importante saber que para uma pessoa sentada é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo, portanto, ao conversar por mais tempo que alguns minutos com uma pessoa que usa cadeira de rodas, se for possível, lembre-se de sentar, para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível.

A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo. Agarrar ou apoiar-se na cadeira de rodas é como agarrar ou apoiar-se numa pessoa sentada numa cadeira comum. Isso muitas vezes é simpático, se vocês forem amigos, mas não deve ser feito se vocês não se conhecem.

Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa. Empurrar uma pessoa em cadeira de rodas não é como empurrar um carrinho de supermercado. Quando estiver empurrando uma pessoa sentada numa cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente para que a pessoa também possa participar da conversa.

Ao empurrar uma pessoa em cadeira de rodas, faça-o com cuidado. Preste atenção para não bater nas pessoas que caminham à frente. Para subir degraus, incline a cadeira para trás para levantar as rodinhas da frente e apoiá-las sobre a elevação. Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha à ré, sempre apoiando para que a descida seja sem solavancos. Para subir ou descer mais de um degrau em sequência, procure saber da existência de rampas, caso essas não existam, será melhor pedir a ajuda de mais uma pessoa.

Se você estiver acompanhando uma pessoa com deficiência que anda devagar, com auxílio ou não de aparelhos ou bengalas, procure acompanhar o passo dela.

Mantenha as muletas ou bengalas sempre próximas à pessoa com deficiência. Se achar que ela está em dificuldades, ofereça ajuda e, caso seja aceita, pergunte como deve fazê-lo. As pessoas têm suas técnicas pessoais para subir escadas, por exemplo, e, às vezes, uma tentativa de ajuda inadequada pode até mesmo atrapalhar. Outras vezes, a ajuda é essencial. Pergunte e saberá como agir e não se ofenda se a ajuda for recusada.

Se você presenciar um tombo de

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS

*ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR*

uma pessoa com deficiência, ofereça ajuda imediatamente. Mas nunca ajude sem perguntar se e como deve fazê-lo.

Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for escolher uma casa, restaurante, teatro ou qualquer outro local que queira visitar com uma pessoa com deficiência física.

Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, podem fazer movimentos involuntários com pernas e braços e podem apresentar expressões estranhas no rosto. Não se intimide com isso. São pessoas comuns como você. Geralmente, têm inteligência normal ou, às vezes, até acima da média.

Se a pessoa tiver dificuldade na fala e você não compreender imediatamente o que ela está dizendo, peça para que repita. Pessoas com dificuldades desse tipo não se incomodam de repetir se necessário para que se façam entender.

Não se acanhe em usar palavras como “andar” e “correr”. As pessoas com deficiência física empregam naturalmente essas mesmas palavras.

Quando você encontrar um Paralisado Cerebral, lembre-se que ele tem necessidades específicas, por causa de suas diferenças individuais. Para lidar com esta pessoa, temos as seguintes sugestões:

É muito importante respeitar o ritmo do PC, usualmente ele é mais vagaroso no que faz, como andar, falar, pegar as coisas, etc.

Tenha paciência ao ouvi-lo, a maioria tem dificuldade na fala. Há pessoas que confundem esta dificuldade e o ritmo lento com deficiência cognitiva ou intelectual.

Não trate o PC como uma criança ou incapaz.

Lembre-se que o PC não é um portador de doença grave ou contagiosa, a paralisia cerebral é fruto da lesão cerebral, ocasionada antes, durante ou após o nascimento, causando desordem sobre os controles dos músculos do corpo. Portanto, não é doença e tampouco transmissível. É uma situação.

Trate a pessoa com deficiência com a mesma consideração e respeito que você usa com as demais pessoas.

## 6 - *DESPERTANDO BOAS PRATICAS*

### 6.1 – *Imagens*

No intuito de despertar a sensibilidade das pessoas para a temática inclusiva, podemos utilizar a fotografia como objeto catalizador de mudanças na sala, pois não se trata de apenas um acessório a linguagem verbal/escrita, e sim como fonte de análise histórica, a qual pode ser reveladora a quem se permite estudá-la profundamente.

A imagem acompanha a vida humana desde os primeiros meses de vida de uma criança, é através da apreciação de imagens que a criança passa a se reconhecer, construir sua identidade, posteriormente o imaginário e substituído pelo simbolismo onde passa a diferenciar as coisas e objetos a partir da observação do mundo a sua volta.

Ao analisar a fotografia é necessário entender o porquê e para que as imagens foram construídas, tal percepção auxilia na compreensão dos conteúdos das imagens, ampliando a visão que o estudioso da foto e por consequência do seu conteúdo oculto.

A fotografia dentre suas análises pode assumir função de descrição ou narrativa, depende da forma com que é interpretada e se existem sequências de fotos que possibilitem uma compreensão mais geral sobre determinado assunto ou fato.

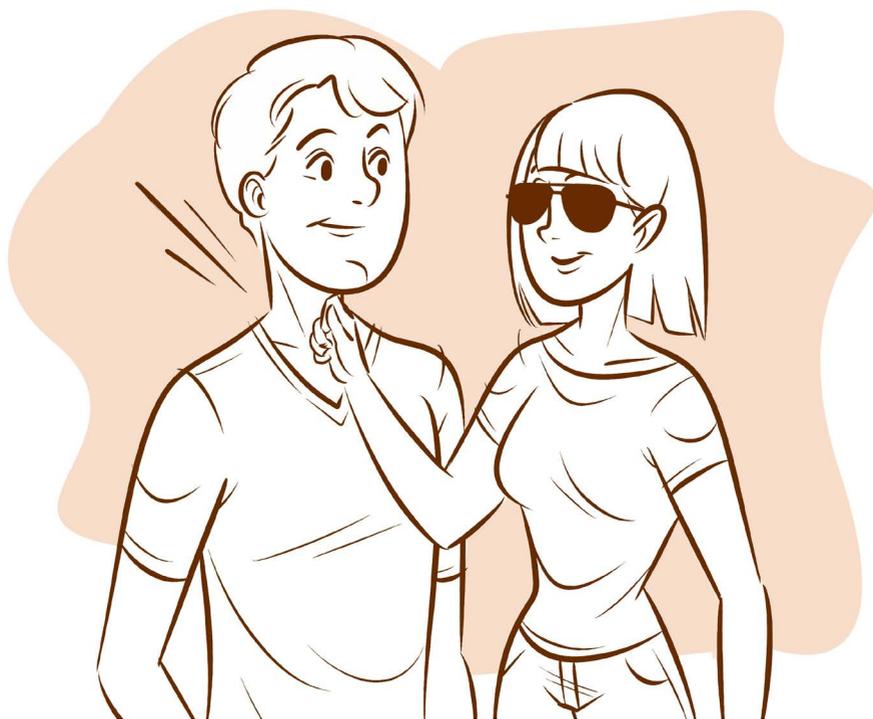
Feito a identificação do que está representando na fotografia, é necessário entender o que não se vê, o que de fato a fotografia está mostrando e o que ela está querendo representar. Sem esta compreensão poucas informações teremos sobre a fotografia, a não ser que a mesma é uma imagem estática de algo. É necessário buscar a verbalização escrita ou oral sobre a foto, buscar sua origem e intencionalidade, para então passarmos a observar a imagem gravada no papel como algo com vida e com um significado.

Nesse sentido, LEITE afirma que: “a imagem é muda – não revela o nome ou quem é retratado, não indica por si mesma a data e o local do conteúdo. Embora forneça indícios através dos quais podemos deduzi-los, só saberemos com certeza desses dados através de uma identificação verbal.” (1983, p. 46).

A Autor citada, propõe quatro caminhos na uso e estudo da fotografia: 1º do

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS

ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR



**FIQUE ATENTO A ETIQUETA QUANDO INTERAGIR COM DEFICIENTES FÍSICOS  
DEFICIÊNCIAS DIFERENTES DEVEM SER TRATADAS DE FORMAS DIFERENTES.**

observador à imagem; 2º da imagem ao observador; 3º de uma imagem para outra, 4º dos retratados para o observador.

Em relação a forma devemos observar a imagem, primeiro item, consiste no que buscamos nela, que linguagem simbólica ela está nos transmitindo; no segundo item, a imagem fala por si só, ela tem uma forma de se comunicar com o observador; no terceiro se existe outras imagens como elas se relacionam entre si e finalmente no quarto item se são imagens de pessoas ou cenas como elas estão colocadas frente ao observador, qual a intencionalidade das mesmas.

Ao se valorizar o uso da fotografia para um melhor conhecimento e esclarecimento sobre a história das pessoas e da sociedade como um todo, se procura fugir do uso comumente dado a elas como o de ilustrar ou demonstrar um pensamento ou reprisar o que se disse verbalmente, e buscar a utilização da fotografia com a memória, com a história oral, com a análise das imagens e buscar nelas os referenciais que temos a este respeito, estabelecendo analogias e produzindo um conhecimento histórico sobre as mesmas.

Os professores devem ensinar os alunos a “ler nas entrelinhas” da fotografia, o que por que e como a mesma foi feita, qual o motivo de sua realização, qual a ideologia do fato retratado, o que de fato ela está representando. Enfim devem-se esgotar todas as possibilidades de análise da foto, possibilitando aos alunos conjeturarem toda uma rede de reflexões e relações, estarão os mesmos assim desenvolvendo seu aspecto cognitivo de investigação e formulação de teorias, contribuindo para a sua formação enquanto cidadãos críticos e conscientes.

A utilização da linguagem fotográfica como recurso pedagógico, sob a perspectiva da inclusão, facilita o desenvolvimento de soluções novas, novos pensamentos, quebrando barreiras historicamente desenvolvidas pela sociedade.

### **6.1 – Laboratório Sensorial**

O Laboratório Sensorial é utilizado como suporte didático para criação de ferramentas pedagógicas voltadas ao ensino de pessoas com deficiência, além de despertar os participantes para as dificuldades enfrentadas diariamente por esse grupo de pessoas.

O Laboratório Sensorial avalia e mede reações após estímulos ao ser humano em relação à visão, ao tato, a audição e como esses estímulos são percebidos.

Para que os participantes tenham a percepção do deficiente é necessário utilizar alguns recursos, como por exemplo uma venda nos olhos para reproduzir a cegueira, ou um protetor auricular reproduzindo a surdez. Pode-se também utilizar muletas para mobilidade reduzida ou cadeira de rodas, o objetivo é que a pessoa que não possui a deficiência experimente por um período como é a realidade do outro.

Os participantes devem circular por áreas comuns, vivendo a prática cotidiana da pessoa com deficiência, interagir não apenas com o ambiente mas com outras pessoas também, pois só assim terão a percepção da complexidade que é possuir uma deficiência.

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS

---

*ACOLHENDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR*

